

## COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

**REQUERIMENTO n° ,de de de 2008**  
**(Do Sr. Cleber Verde)**

**Requer que esta comissão officie a Caixa Econômica Federal, Banco Central e Casa da Moeda, para se pronunciarem sobre as sobras do ouro e outros minérios extraídos do garimpo de Serra Pelada.**

Senhor Presidente,

Nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Ex<sup>a</sup>., ouvido o Plenário desta respeitável Comissão, que a Caixa Econômica Federal, Banco central e Casa da Moeda sejam oficiadas sobre o que as mesmas detém da venda das sobras de Ouro e outros minérios extraídos do garimpo de Serra Pelada, para que possamos conhecer os recursos existentes e a melhor maneira de empregá-los na melhoria de vida dos garimpeiros, em todos os seus aspectos, dada a relevância do tema.

### JUSTIFICAÇÃO

Em **11 de julho de 1986**, a **COOMIGASP** – Cooperativa dos Garimpeiros de Serra Pelada, com amparo na Lei Federal nº 7.194, de 11.06.84, ajuizou ação ordinária de cobrança contra a **CEF** – Caixa Econômica Federal e **BACEN** – Banco central do Brasil (Proc. nº 394-G/86, 7<sup>a</sup>. Vara Federal/DF). Visava cobrar as sobras de ouro, paládio e prata dos 400 primeiros lotes de minérios extraídos do garimpo de Serra Pelada, no Pará, para emprega-los em obras de melhoria à garimpagem, segundo disposições da **Lei nº 7.194/84**, que lhe dava amparo.

O pedido foi acolhido em parte. Somente a CEF foi condenada a devolver à autora os créditos acaso existentes em ‘conta contábil’ (ou indevidamente restituídos para o

Tesouro Nacional).

**O § 4º da Lei nº 7.599, de 15 de maio de 1987**, estabelece o seguinte: O Banco Central do Brasil, através da Caixa Econômica Federal, aplicará os recursos pendentes e caucionados, resultantes das sobras de ouro, paládio e prata dos primeiros 400 (quatrocentos) lotes, em obras destinadas a melhorar a produtividade da garimpagem manual em Serra Pelada, durante o prazo previsto nesta lei.

Até a presente data estes recursos não foram aplicados, e os garimpeiros continuam com seus direitos desrespeitados. A aplicação de tais recursos poderia estar ajudando muitos trabalhadores vindo do garimpo que se encontram em situação penosa.

No dia 26 e novembro de 2008, esta Comissão realizou Audiência Pública na busca de uma solução para esta situação e defender estes trabalhadores que precisam ter seus direitos assegurados.

Estiveram presentes Parlamentares, Representantes da Caixa Econômica Federal, Ministério Público, Sociedade Civil, Secretário de Geologia e Mineração e Entidades de Classe dos Garimpeiro e Polícia Federal. Mesmo concluídos os trabalhos da Audiência Pública, pouco avançou-se, pois não obtivemos um parâmetro correto dos detentores deste ouro e demais minérios sobre o quantitativo que possuem para que assim passemos a buscar o lineamento dos trabalhos desta comissão.

Sala das Comissões, em        de novembro de 2008.

**CLEBER VERDE**  
**Deputado Federal**